

Amâncio Cardoso

SERGIPE

HISTÓRIA, CULTURA
E PATRIMÔNIO



© Copyright 2026 by Amâncio Cardoso

Todos os direitos desta edição reservados ao autor. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucro ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja clara menção do nome dos autores, título da obra, edição e paginação. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Diagramação

Joselito Miranda

Revisão de texto

Mirela Araújo

Capa

Roseilde Reis

Printed in Brazil / Impresso no Brasil

Cardoso, Amâncio.

C268s

Sergipe: História, Cultura e Patrimônio. /Amâncio Cardoso.

- Aracaju: ArtNer, 2026.

154p. :il.; 15cm x 21 cm

ISBN: 978-65-83131-68-3

1. Sergipe – História - Fatos Cívicos - Políticos

2. Formação Social - Sergipe

3. Sergipe – Patrimônio Cultural

4. História - Sergipe

I - Título

CDU: 94 (813.7)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Jane Guimarães Vasconcelos Santos CRB- 5/975

EDITORA ARTNER

Tel.: (79) 99131-7653 • editoraartner@gmail.com • artner.com.br

AMÂNCIO CARDOSO

SERGIPE

HISTÓRIA, CULTURA
E PATRIMÔNIO

Aracaju-SE



2026



<https://al.se.leg.br/>





Sou grato

A **Maria do Carmo Cardoso**, minha mãe, que sempre me estimulou no caminho da escola.

À Mirela Araújo, minha esposa, pelas pertinentes revisões textuais e pela boa companhia.

Ao profº Francisco José Alves (DHI/UFS), *in memoriam*, pelo constante incentivo profissional e por partilhar, com generosidade, seus saberes.

A meus Leitores, que me incentivam na difícil arte da escrita.







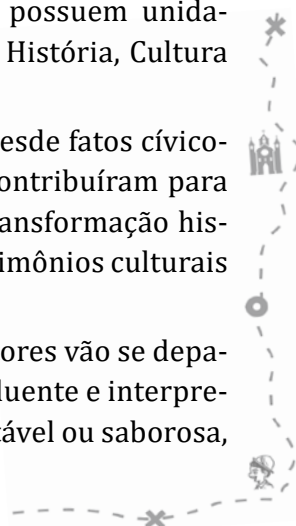
Apresentação

Meu primeiro livro, “Sergipe: um roteiro Turístico, Histórico e Cultural”, veio a lume em outubro de 2021. Dois anos depois, em 2023, publiquei o segundo - “Sergipe: História, Cultura e Turismo”. A trilogia se completa com este “Sergipe: História, Cultura e Patrimônio”. Seguindo o mesmo conceito dos anteriores, com formato de crônicas historiográficas, ele é fruto de muitos anos de experiência em sala de aula, sobretudo nos cursos de Turismo do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju.

Assim, mais uma vez, trago para um público externo e diversificado esta série de textos. Eles foram publicados, paulatinamente, em mídias físicas e digitais. Sergipe: História, Cultura e Patrimônio enfeixa duas dezenas de textos, divididos em duas partes. As crônicas são interdependentes e possuem unidade lógica, de acordo com as áreas temáticas: História, Cultura e Patrimônio.

Neste terceiro volume, os assuntos vão desde fatos cívico-políticos e trajetórias de personagens que contribuíram para formação social de Sergipe; passando pela transformação histórico-urbana de Aracaju; até vislumbrar patrimônios culturais que fundamentam nossa SERGIPANIDADE.

No tocante ao estilo e à linguagem, os leitores vão se deparar com textos informativos, com linguagem fluente e interpretação inteligível. A narrativa se pretende palatável ou saborosa,



buscando os significados inerentes aos fatos, e sempre escoradada nas fontes pesquisadas.

Assim, no esforço desse trabalho, o objetivo de “Sergipe: História, Cultura e Patrimônio” é analisar aspectos históricos e culturais significativos para a compreensão de nossa identidade local.

Neste sentido, este livro é indicado tanto para o visitante quanto para profissionais, estudantes e cidadãos sergipanos que desejem conhecer temas sobre nosso Estado, a partir de uma perspectiva diferenciada, servindo-se de textos objetivos.

Por fim, os leitores terão contato neste livro com vários objetos, temáticas e abordagens das áreas de ciências sociais e humanas, vinculadas a aspectos da nossa História e Patrimônio Cultural.

Boa leitura!

Amâncio Cardoso

Aracaju, verão de 2026.

Contato do Autor:

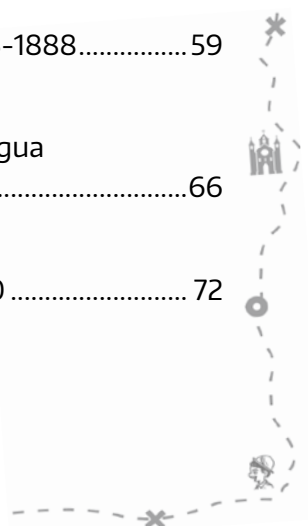
(79) 9 8819-3518



Sumário

PARTE 1 **HISTÓRIA E CULTURA**

“Mas estes portugueses não nos deixam estar quietos”: Etnocídio em Sergipe, 1562-1590	13
O Pau-Brasil na História de Sergipe	24
A Emancipação Política de Sergipe: 1820-1824	29
Nos Passos do Imperador: D. Pedro II em Aracaju, 1860	34
“Fugiu ao Abaixo assinado”: resistência de afro-sergipanas à escravidão, século XIX	41
Aracaju no Tempo do Cólera: 1855-1856	50
Aracaju e o comércio de escravizados: 1855-1888	59
História sem Rosto: Cristóvão de Barros; Inácio Barbosa; João Mulungu, João Bebe-Água e Hermann von Altenesch	66
“Alegrai-vos Sergipanos!”: Centenário de Emancipação Política de Sergipe, 1820-1920	72



PARTE 2

PATRIMÔNIO E CULTURA

Gastronomia Sergipana: uma viagem do século XVI ao XX.....	81
Mangabeira: um bem etnobotânico de notável valor.....	89
Cajueiro: árvore símbolo e patrimônio de Aracaju	96
Sergipe na Obra do escritor Jorge Amado.....	104
Francisco Sabino: um médico incansável a serviço de Sergipe, século XIX	112
Flávio de Barros: a passagem do misterioso fotógrafo por Sergipe, 1910	119
Oséas Santos (1865-1949): trajetória de um pintor sergipano.....	128
Jordão de Oliveira (1900-1980): nota sobre um artista e professor sergipano	140
Getúlio Vargas em Sergipe, 1933.....	145

PARTE

1

HISTÓRIA E CULTURA

<https://al.se.leg.br/>







“Mas estes portugueses não nos deixam estar quietos”:

Etnocídio em Sergipe, 1562-1590

Amâncio Cardoso

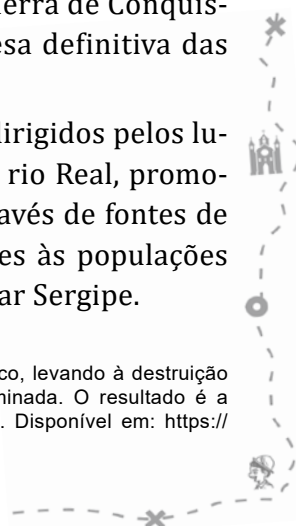
Ao prof^o dr. Francisco J. Alves (DHI/UFS),

In Memoriam.

É comum pensar que as guerras contra os indígenas de Sergipe, no período colonial, tenham ocorrido apenas após o ataque militar das tropas de Cristóvão de Barros, em 1590. Mas, este embate fatal, não foi o único e nem o primeiro. Os povos originários entre os rios Real (Itanhy) e São Francisco (Opará) sofreram ataques anteriores e constantes, apesar das resistências. Ou, como se dizia à época, os “gentios de Cirigi” foram assaltados e agravados desde pelo menos 1562, quase três décadas antes da denominada ‘Guerra de Conquista’, a qual deu início à colonização portuguesa definitiva das terras sergipenses.

Nesse período, os avanços beligerantes dirigidos pelos luso-baianos, e aliados, contra aldeias além do rio Real, promoveram intenso etnocídio.¹ Vejamos então, através de fontes de época, os violentos ataques dos colonizadores às populações que habitavam o território que viria a se tornar Sergipe.

¹ **Etnocídio** - Destruição metódica da cultura de um grupo étnico, levando à destruição dos valores sociais, morais e tradicionais da sociedade dominada. O resultado é a desintegração e o desaparecimento dessa cultura específica. Disponível em: <https://houaiss.online>. Acesso em: 05/12/2025.

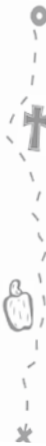


Para entender esse processo histórico, retrocedamos a um episódio, conhecido como “Tragédia do bispo Sardinha”, ocorrido em 1556. A Coroa Portuguesa ordenou a sujeição dos povos e colonização das terras entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, após a chacina cometida pelos Caetés, naquele ano, contra quase uma centena de portugueses da elite do Reino, entre eles o primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha (c.1496-1556), e o primeiro Provedor-Mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros, pai de Cristóvão de Barros, futuro conquistador militar de Sergipe.

01 - Rugendas. Canoa com índios, 1835.



Fonte: Brasiliana Iconográfica.



Após a tragédia com o bispo Fernandes Sardinha, e seus acompanhantes, que aconteceu nas terras dos Caetés, então Capitania de Pernambuco, atual litoral de Coruripe, Alagoas, em 16 de junho de 1556, os portugueses passaram a submeter todas as populações indígenas que habitavam entre Salvador e Olinda, com a justificativa de “guerra justa” - guerra declarada contra aqueles considerados inimigos dos portugueses e que não professavam a fé católica.²

A legislação colonial produziu dispositivos que justificavam a prática da guerra justa. A lei de 20 de março de 1570, do rei Dom Sebastião (c.1554-1578), por exemplo, proclamava a liberdade dos nativos, permitindo, no entanto, o seu cativeiro em caso de guerra justa, determinada pelo governador-geral e outras autoridades, contra grupos considerados inimigos dos portugueses. A guerra justa, na prática, mostrou-se como justificativa para a escravização dos indígenas. Neste sentido, foram incluídos nesse conceito lusitano os povos que habitavam entre os rios Itanhy e Opará.³

Desde então, após a tragédia na foz do rio Coruripe, a caça aos povos situados ao norte da Bahia foi empreendida. Em

2 O bispo Fernandes Sardinha esteve em luta com várias autoridades de Salvador, uma delas foi o filho do governador geral, Duarte da Costa (1504-1579), Álvaro da Costa. A intenção de Álvaro em escravizar indígenas, incluindo os catequizados, esbarrou no primeiro bispo. Por conta disso e de outros dissabores, o bispo Sardinha foi chamado de volta a Portugal, tendo o navio em que viajava, com quase uma centena de acompanhantes (homens, mulheres e crianças), naufragado em Alagoas. Os sobreviventes que alcançaram a praia, dentre eles o Bispo e Antônio Cardoso de Barros (pai de Cristóvão de Barros), foram devorados pelos Caetés. Como vingança, autoridades portuguesas condenaram os Caetés à escravidão. VASCONCELOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil**. 2. ed. Lisboa: Fernandes Lopes, 1865. Tomo I, v. I, p. 123-125; VASCONCELOS, Pe. Simão de. **Notícias Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil**. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1668. p. 52 e 53. A mortandade promovida pelos Caetés contra o bispo e seus companheiros, que iam da Bahia para Portugal, ocorrida na costa alagoana em 1556, foi descrita pelo jesuíta Simão de Vasconcelos (1597-1671), em sua Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, publicada em Lisboa, pelo editor Fernandes Lopes, em 1865, páginas 123 a 125.

3 Verbete Guerra Justa. **Glossário de História Luso-Brasileira**. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 02/12/2025.



1562, por exemplo, aproveitando-se de duas grandes epidemias, de febre e varíola, que se abateram sobre as aldeias do Nordeste, os cristãos portugueses assaltaram e escravizaram indígenas doentes e fragilizados. Os sobreviventes enfrentaram o cativeiro e a fome, além do desamparo das leis régias e da Igreja. As investidas duraram até 1564, quando as doenças se arrefeceram, relatou o jesuíta Antônio Blasquez (1528-1606).⁴

Em 1568, quatro anos depois, indígenas escravizados naquela razia pelos luso-baianos se rebelaram e fugiram durante a Semana Santa. Na fuga, mataram alguns portugueses, pondo fogo em fazendas e “roubando o que podiam”. Dentre os fugitivos estava Surubi, líder das aldeias próximas ao rio Irapiranga (Vaza Barris). A revolta contra o cativeiro na Bahia foi motivada, sobretudo, pelos castigos com pingos de azeite quente nas costas e açoites, “que em casa dos portugueses” os indígenas haviam recebido, escreveu padre Anchieta (1534-1597).⁵

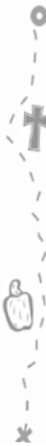
Em virtude desse mal tratamento, os indígenas do rio Real até o São Francisco tornaram-se inimigos dos portugueses, “seus algozes”, enquanto que com os franceses mantiveram por muito tempo, comércio amistoso.⁶

Diante dessa situação, o governador geral revogou a sentença “contra os Caetés”, porque as aldeias se esvaziavam com a caça de indígenas de diferentes nações, que os colonos diziam ser dos Caetés para justificar a escravidão e resgates ilícitos de

4 BLASQUEZ, pe. Antônio. **Cartas escritas do Brasil, 1556-1565**. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1886. p. 85-86.

5 ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões** (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 355-375. ANCHIETA, Pe. José de. Trabalho dos primeiros jesuítas no Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brasil, tomo 57, parte 01, p. 238-240.

6 FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891. p. 14-19; ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. Vida do primeiro apóstolo de Sergipe: padre Gaspar Lourenço. **Revista do IHGSE**. Aracaju, nº 21, v. XVI, 1955. p. 170.



povos diversos.⁷ Contudo, os portugueses “andavam já tão medidos no saltar dos índios”, que usavam outros artifícios para burlar a ordem do governo. Ademais, além dos assaltos contra homens, mulheres e crianças de diferentes nações, os aldeados não tiveram a garantia de posse de suas terras, decretada em outra lei de 1571. Nessas terras, os portugueses construíram currais e fazendas.

Assim, os ameríndios viram seus bens serem esbulhados pelos colonizadores. Muitos então fugiram da Bahia e retornaram para os sertões além do rio Real, de onde eram nativos. Pois as provisões de El-Rei em favor dos indígenas não tiveram efeito, porque eles não sabiam requerer sua justiça, nem tinham quem por eles a requeresse.⁸

Com esta situação instável, aqueles que habitavam além do rio Itanhy vieram à Bahia, em 1574, para “pedir padres” que os ensinassem “as coisas de sua salvação”, devido à insegurança em que viviam, porque “sempre estiveram em guerra com os portugueses”. Após alguns meses e desconfianças de autoridades baianas, o provincial dos jesuítas, Inácio de Toloza (1533-1611), autorizou o padre Gaspar Lourenço (1539-1581)⁹ e o irmão João Salônio¹⁰ a virem fazer catequese, “tendo-se

7 Resgates - eram negociações que os portugueses faziam em que indígenas prisioneiros de guerras intertribais eram trocados por mercadorias e depois escravizados. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 04/12/2025.

8 ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões** (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 362-371; ANCHIETA, Pe. José de. Trabalho dos primeiros jesuítas no Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brasil, tomo 57, parte 01, 1894. p. 232-236.

9 Sobre a trajetória do jesuíta Gaspar Lourenço e sua experiência como grande conhecedor da língua geral dos indígenas, ver ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. Vida do primeiro apóstolo de Sergipe: padre Gaspar Lourenço. **Revista do IHGSE**. Aracaju, nº 21, v. XVI, 1955. p. 113-225.

10 Um irmão jesuíta era um membro da Companhia de Jesus que fez votos religiosos de pobreza, castidade e obediência, mas que não era ordenado sacerdote, portanto não administrava os sacramentos e nem celebrava missa. Conf. Disponível em: <https://www.jesuits.org/>. Acesso em: 04/12/2025.



esperança de grande conversão naquela parte, pelo muito gentio que havia”.¹¹

Gaspar Lourenço e João Salônio partiram a pé, acompanhados por uma tropa de soldados, indígenas e mamelucos das aldeias da Bahia. Eles chegaram ao rio Itanhhy em 28 de janeiro de 1575. Em um lugar próximo à barra, os militares estacionaram. Dali a seis léguas estavam os indígenas, muitos dos quais daqueles que em 1568 tinham se rebelado e fugido da Bahia, dentre eles o mais temido, Surubi, por causa de muitas mortes contra os portugueses.¹²

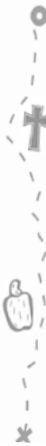
Os dois jesuítas logo iniciaram a missão, construindo uma igreja de pindoba em louvor a São Tomé para doutrinação, missa e aplicação dos sacramentos. Depois, fundaram mais duas igrejas, de Santo Inácio, próximo ao Irapiranga (Vaza Barris); e a de São Paulo (aldeia de “Cirigi”), próximo ao rio Sergipe.

Durante o ano de 1575, os padres “visitaram ou pacificaram” entre 28 e 30 grupos autóctones. Outro padre, Luiz da Grã (1523-1609), também veio para averiguar a missão de Gaspar Lourenço. Eles teriam construído outra igreja dedicada a N. Sra. da Esperança.¹³ No entanto, alguns mamelucos espalharam boatos de ser costume dos padres reunirem indígenas em

11 SANTANA, Márcio Conceição de (editor). **A Carta de Tolosa**: notícias de uma jornada evangelizadora. Aracaju: SEDUC, 2022. p. 31. ANCHIETA, Pe. José de. Trabalho dos primeiros jesuítas no Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brasil, tomo 57, parte 01, 1894. p. 236.

12 ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões** (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 371-372.

13 Depois, o Provincial dos Jesuítas mandou substituir Luiz da Grã, que não falava a língua geral, pelo padre João Pereira, ordenando-lhe que, junto com Gaspar Lourenço, vissem meios de conciliar os ânimos e de “pacificar aquela pobre gente não revolta, senão intimidada”. ANCHIETA, Pe. José de. Trabalho dos primeiros jesuítas no Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brasil, tomo 57, parte 01, 1894. p. 237; SACHINI, Francesco (1570-1625). *Historiae Societatis Jesu*. Antuerpia: Oficina Martini Nutti, 1620-1661. Tomo III. In ALVES, Francisco José. **Fontes para História do Sergipe Colonial**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 62-63.



aldeias para entregá-los indefesos ao cativoiro. O rumor ganhou mais força porque se soube que na barra do rio Itanhv ficaram postados soldados luso-baianos.¹⁴

Além disso, os indígenas se queixavam aos jesuítas que os portugueses continuavam com as atribulações, roubando suas mulheres e filhas, mesmo com a presença dos padres, e que por isso receavam voltar à escravidão. Assim, muitos decidiram fugir para a aldeia de Aperipê, no sertão. O padre Gaspar Lourenço os seguia, exortando-os que voltassem. Os indígenas respondiam lembrando-lhe de seus padecimentos e mostrando-lhe as “cicatrizes do açoite e do azeite fervente” no tempo do cativoiro entre 1562 e 1568.¹⁵

No fim do ano de 1575, os aldeados por Gaspar Lourenço em Sergipe se rebelaram, após desconfiarem que os soldados portugueses na barra do rio Real atacariam para escravizá-los. Assim, as aldeias foram à guerra, desfazendo quase um ano de catequese jesuítica, contra as tropas do governador Luiz de Brito e Almeida, que de Salvador avançou até o sertão para capturar os grupos liderados por Aperipê.¹⁶

Pois, ao saber da fuga dos indígenas para o sertão, Luiz de Brito considerou essa atitude como sinal de inimizade e “quebra de paz”, declarando guerra justa. O governador avançou com tropas até a aldeia de Santo Inácio, às margens do rio



14 Mameluco, no Brasil colonial, designava pessoas de ascendência mista, indígena e branca. Eles tinham a reputação de serem cruéis com os indígenas. Os mamelucos geralmente trabalhavam em fazendas, ou como artesãos e pequenos comerciantes. Disponível em: <https://www.britannica.com/>. Acesso em: 06/12/2025.

15 LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugalia/Civilização Brasileira, 1938. p. 157; SANTANA, Márcio Conceição de (editor). **A Carta de Tolosa**: notícias de uma jornada evangelizadora. Aracaju: SEDUC, 2022. p. 34 *et passim*.

16 ANCHIETA, Pe. José de. Trabalho dos primeiros jesuítas no Brasil. **Revista do IHGB**. RJ, Cia. Typographica do Brasil, tomo 57, parte 01, p. 239-240.

Irapiranga (Vaza-Barris). Daí, os portugueses conseguiram perseguir e matar Surubi, além de prender Serigy e Aperipê. Os demais se entregaram. Muitos foram descidos do sertão. Após os ataques, foram aprisionados cerca de 1.200 indígenas na aldeia de São Tomé, improvisada de cárcere. Depois, foram levados à Bahia como escravizados.¹⁷

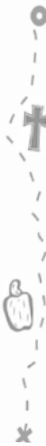
Os soldados assolaram tudo nas aldeias sergipenses. Conforme testemunho coevo, “não ficou mantimento, nem legumes, nem galinha, nem coisa alguma que não destruíssem, até lhes tomarem suas contas, que era toda sua riqueza [dos indígenas], nem lhes ficou machado, nem foice (...). E os índios do Cirigi ficaram de guerra até agora [1587]”. A tragédia se prolongou porque, no cativeiro, todos os indígenas trazidos de além do Itanhy para a Bahia morreram durante o ano seguinte de 1576.¹⁸

Dez anos depois, em 1586, os embates continuaram. Mas agora, um ardil foi planejado pelos indígenas sergipenses contra os portugueses. Tomemos o testemunho do frei Vicente do Salvador (1564-1635). O episódio teve início quando “um principal de Cerigipe”, com uma embaixada de indígenas, foram a Salvador solicitar novas missões jesuíticas. Eles também pediram a companhia de soldados para segurança no caminho contra seus inimigos.

Mas o governador Manuel Teles Barreto (1520-1588) submeteu o pleito a uma junta de oficiais da Câmara “e outras

17 FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891. p. 15.

18 ANCHIETA, Pe. José de. Trabalho dos primeiros jesuítas no Brasil. **Revista do IHGB**. RJ, Cia. Typographica do Brasil, tomo 57, parte 01, p. 241; ANCHIETA, Pe. José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões** (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 373-377; SACHINI, Francesco (1570-1625). *Historiae Societatis Jesu*. Antuerpia: Oficina Martini Nutti, 1620-1661. Tomo III. In ALVES, Francisco José. **Fontes para História de Sergipe Colonial**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 63; SANTANA, Márcio Conceição de (editor). **A Carta de Tolosa**: notícias de uma jornada evangelizadora. Aracaju: SEDUC, 2022. p. 75-76.



peessoas discretas”. O primeiro a votar foi Cristóvão de Barros. Ele negou a cessão dos soldados aos “gentios do rio Real”. Porém, os jesuítas convenceram o governador, alegando a salvação daquelas almas. Por fim, o governo cedeu “cento e trinta soldados brancos e mamelucos”, com alguns “índios das aldeias da Bahia”.

Todos chegaram ao rio Real (Itanhy), atravessando de jan-
gada, onde foram recebidos em cabanas e comida farta, “vindo
as velhas [indígenas] a pranteá-los, que é o seu sinal de paz e
amizade”. As mulheres foram cedidas aos soldados, “não se ne-
gando também elas aos que as queriam, nem lho proibindo seus
pais e maridos, sendo aliás muito ciosos, que foi mui ruim sinal”.

Do rio Real, os soldados e os padres foram até “Cerigipe”, e
se instalaram em suas aldeias, deixando as armas com as con-
cubinas. Elas, sorrateiramente, “entupiram os arcabuzes [anti-
ga arma de fogo] de pedras e betume, e tomando a pólvora dos
frascos lhes encheram de pó de carvão”.

Em seguida, as aldeias simularam um ataque inimigo,
contudo eram eles mesmos que estavam atacando os convida-
dos, cujas armas sabotadas não funcionaram para defesa. “Ali,
foram todos mortos como ovelhas ou cordeiros, sem ficarem
vivos mais que alguns índios dos padres”, os quais contaram
sobre a traição, concluiu frei Vicente do Salvador.¹⁹

Assim que soube do massacre contra seus soldados, o go-
vernador Manuel Teles Barreto tentou preparar um contra-
ataque em 1587, mas ele faleceu logo em seguida, em 1588.

19 SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918. p. 326-328. Ver também SOARES, Francisco. De algumas coisas mais notáveis do Brasil. **Revista do IHGB (1923)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, tomo 94, v. 148, p. 382-383; ALVES, Francisco José. Uma notícia da era colonial: o massacre de soldados pelos índios de Sergipe. **Correio de Sergipe**. Aracaju, 21 de março de 2019.



Portanto, a vingança só viria mesmo no fim do ano de 1589 e início de 1590, com a expedição militar comandada por Cristóvão de Barros.

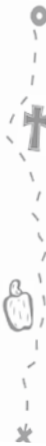
A “grande traição” de 1586, como classificou frei Vicente, executada pelos indígenas de “Cerigipe”, acirrou o espírito de vingança das autoridades baianas, sobretudo o de Cristóvão de Barros, que perdera seu pai, Antônio Cardoso de Barros, na “Tragédia do bispo Sardinha”, executada pelos Caetés de Alagoas em 1556.

Assim, *El-Rey* de Portugal autorizou outra guerra justa contra os “gentios do rio Real”, em 1587. Neste sentido, entre 1589 e 1590, o próprio Cristóvão de Barros, governador interino, experiente político e militar nas guerras contra indígenas do Rio de Janeiro, tomou as rédeas do massacre definitivo dos “gentios de Cerigipe”.²⁰ Ele foi apoiado por colonos e moradores de Pernambuco e Bahia, com armas, pólvora, cavalos, mantimentos, mamelucos e indígenas forros das aldeias dos padres, conforme declarou, em sua carta de Sesmaria de 1596, o combatente e morador de Salvador, Damião da Motta.²¹

Cristóvão de Barros reuniu “um considerável exército”, em duas frentes terrestres: uma próxima à costa, com os capitães Antônio Fernandes e Sebastião de Faria; e a outra pelo sertão, sob o comando dos irmãos Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues. No ataque do dia 23 de dezembro de 1589, morreram 600 indígenas sergipenses contra 06 portugueses. Logo após, as tropas portuguesas invadiram a aldeia do cacique Baepeba, próxima ao rio Vaza-Barris, em que mataram mais de 300 “naturais”. Já

20 Sobre as ações de Cristóvão de Barros como membro da elite portuguesa no Brasil, leia: ALVES, Francisco José & CARDOSO, Amâncio. Cristóvão de Barros: o conquistador de Sergipe. **Aracaju Magazine**. Aracaju, nº 147, 2014.

21 MOTTA, Damião da. Carta de Sesmaria de 13 de maio de 1596. *In* FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891. p. 353-354.



no combate renhido de 1º de janeiro de 1590, sob o comando de Cristóvão de Barros, foram mortos 1.600 indígenas, e foram escravizados 4.000.

Desta forma, o comandante português alcançou alguns propósitos após a guerra fatal: tomou as terras aos indígenas, caçando e escravizando os sobreviventes que fugiram para o sertão; fundou um forte e a povoação de São Cristóvão de Sergipe Del Rey; acabou com o comércio entre indígenas e franceses na costa sergipense; distribuiu sesmarias, sobretudo aos soldados que participaram da guerra, para colonizar as terras e criar gado entre os rios Real e São Francisco; franqueou o caminho entre Bahia e Pernambuco ao eliminar as aldeias dos principais chefes; e, por fim, vingou a morte de seu pai.²²

Vimos que os indígenas de Sergipe não tiveram sossego, durante a segunda metade do século XVI. Foram três décadas de abusos e agravos cometidos por colonos portugueses. A relação entre eles foi tocada a ferro e fogo. Mesmo com as estratégias de pacificação cristã dos missionários católicos, os povos originários não tiveram segurança e proteção, escritas em letra morta na legislação do reino lusitano.

Após a guerra de 1590, os povos originários que conseguiram se reorganizar, mesmo de forma precária, durante a ocupação lusitana da nova Capitania, viveram atribulações constantes até o século XIX e XX, promovidas pela sociedade colonial do entorno das aldeias e missões. No entanto, também no século XXI, o etnocídio não diminuiu, continua atingindo terras sagradas e culturas ancestrais de povos remanescentes.²³



22 SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918. p. 334-342.

23 DANTAS, Beatriz Góis. **Povos indígenas em Sergipe**: contribuição à sua história. Lisboa: Theya; Aracaju: Criação, 2024.